



**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**PROJETO DE LEI Nº 017 /2025**

*Câmara M. de Cab. Grande-MG*  
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES  
(X) Recebido. (X) Numere-se. (X) Publique-se.  
(X) Distribua-se às Comissões Competentes.  
Cab. Grande - MG, 06/03/2025  
*[Assinatura]*  
PRESIDENTE

Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão, Conservação e Manutenção do Patrimônio Público e dá Outras Providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 76, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Cabeceira Grande decreta e ele, em seu nome sanciona e promulga a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Gestão, Conservação e Manutenção do Patrimônio Público, aplicável aos órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Cabeceira Grande.

Art. 2º A presente política tem como objetivos principais:

I - garantir a conservação, integridade e funcionalidade dos bens patrimoniais municipais;

II - assegurar a correta aplicação dos recursos públicos na manutenção dos bens públicos;

III - proporcionar um ambiente seguro e adequado para servidores e cidadãos;

IV - estabelecer diretrizes para o planejamento e execução da manutenção preventiva e corretiva dos bens públicos; e

V - promover a transparência e a participação social na fiscalização da gestão patrimonial.

**CAPÍTULO II**

**DAS DIRETRIZES DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

Art. 3º Os órgãos e entidades municipais deverão observar as seguintes diretrizes para a gestão patrimonial:

I - manutenção periódica de bens móveis e imóveis do município, prevenindo a deterioração e garantindo sua vida útil;

II - monitoramento contínuo das condições estruturais dos edifícios públicos, vias urbanas e equipamentos urbanos;



**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



III - criação de programas de capacitação para servidores responsáveis pela gestão patrimonial;

IV - promoção de parcerias com entidades públicas e privadas para otimizar recursos e técnicas de manutenção; e

V - utilização de soluções sustentáveis para reduzir desperdícios e impactos ambientais na conservação do patrimônio.

**CAPÍTULO III**  
**DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Art. 4º Os responsáveis pela gestão dos bens públicos deverão elaborar relatórios periódicos sobre as condições do patrimônio e as ações de manutenção realizadas, disponibilizando as informações à sociedade por meio do Portal da Transparência do município.

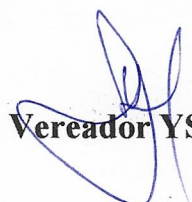
**CAPÍTULO IV**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias após sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabeceira Grande, 6 de março de 2025.

  
**Vereador YSAIAS DE SOUSA**  
**PL**





# CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Política Municipal de Gestão, Conservação e Manutenção do Patrimônio Público no município de Cabeceira Grande, estabelecendo diretrizes e normas para a adequada preservação dos bens públicos municipais, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos e garantindo transparência na administração patrimonial, principalmente frente ao caos que encontramos, por exemplo na Escola Municipal Joaquim de Mendonça em Palmital de Minas.

A conservação dos bens públicos é uma responsabilidade essencial do poder público, visto que sua correta manutenção evita desperdícios, amplia a vida útil dos equipamentos e infraestruturas municipais e assegura melhores condições de uso para a população e os servidores públicos.

Esta iniciativa se fundamenta no Decreto nº 39.537/2018, do Distrito Federal, que trata da implementação de ações para a manutenção patrimonial, e foi adaptada à realidade local de Cabeceira Grande. O projeto visa estruturar e regulamentar ações preventivas e corretivas, prevenindo a deterioração de bens públicos e otimizando os recursos municipais.

Entre os principais pontos abordados na minuta de lei, destacam-se:

**Estabelecimento de diretrizes para manutenção preventiva e corretiva dos bens públicos**, garantindo a conservação dos prédios, equipamentos e infraestruturas municipais;

**Criação de um planejamento estratégico para a gestão patrimonial**, incluindo a realização de vistorias periódicas e ações corretivas sempre que necessário;

**Promoção da transparência e do controle social**, através da disponibilização de informações sobre o estado do patrimônio público e as ações realizadas para sua preservação;

**Instituição de uma Comissão Municipal de Fiscalização do Patrimônio Público**, sem remuneração, composta por representantes do Poder Público e da sociedade civil, garantindo maior participação da comunidade na fiscalização do uso dos bens públicos.

Dessa forma, a implementação desta política contribuirá para a eficiência da administração municipal, reduzindo custos a longo prazo com reparos emergenciais e assegurando que o patrimônio municipal continue atendendo às necessidades da população.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para aprovação desta matéria, considerando sua importância para a melhoria da gestão pública e a valorização dos bens municipais de Cabeceira Grande.